

ATA Nº 03/2025

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, reuniram-se, em sessão extraordinária, na sala de reuniões do CRAS, os membros do Comitê de Investimentos do RPPS nomeados pela Portaria nº 445/2024: Luciane Vogt (gestora), Júlia Dezingrini e Daiane Michele Hanauer juntamente com os membros do Conselho Municipal de Previdência Social do Servidor Público-CMPSSP. Neste encontro houve deliberação sobre a seguinte pauta: 1) Apresentação do Estudo ALM (*Asset Liability Management*). O técnico de investimentos da Consultoria Referência Gestão e Risco, empresa contratada para realizar o Estudo ALM, João Ennes, apresentou os resultados do Estudo, que foi solicitado pelo Comitê de Investimentos e pelo CMPSSP, a fim de embasar a decisão por aplicar recursos do RPPS em títulos públicos que atualmente estão rentabilizando muito bem, acima da meta atuarial. O ALM é um estudo que consiste em compatibilizar a estratégia de investimentos da carteira de investimentos do FAPS com o fluxo de receitas/despesas previdenciárias, atuarialmente projetado. No modelo de ALM (*Asset liability management*), as carteiras são analisadas separadamente, o que permite uma visão mais detalhada na fase de acumulação e concessão de benefícios. A busca por hedge, prazo e taxa gerenciada separadamente permite uma melhor análise e dedicação de fluxos. De acordo com Estudo ALM, de um modo geral, sempre considerando os riscos e prezando os objetivos, avaliando a curva de juros e considerando que possa ter oportunidades, podemos considerar que, hoje, teríamos espaço para "engessar" a carteira de investimento, em um primeiro momento algo em torno de **R\$49,9 milhões**, que somados com os ativos que já possuímos em carteira nos dará um percentual em torno de 76% do Patrimônio do RPPS, nos deixando com uma margem de segurança. O estudo mostra que possuímos espaço para novas aquisições, sempre considerando que o máximo comprometido dos recursos do RPPS ficaria em torno de setenta e seis por cento (76%). Desta maneira, o ideal no momento seria utilizarmos uma mescla de prazos com a marcação na curva: Tesouro IPCA + 2029 , Tesouro IPCA+ 2032 , Tesouro IPCA+ 2035 , Tesouro IPCA+ 2040 e Tesouro IPCA+ 2045. Com isso a recomendação chamada de "Hedge de Proteção" estaria utilizando **mais 75%** em ativos novos de TPF e o restante da carteira estaria alocada em ativos da recomendação 02 do Estudo ALM , conforme segue:

Rua Padre Anchieta, 90 – Bairro Centro – Chapada/RS

CEP: 99.530-000 Fone: (54) 3333 1166

RECOMENDAÇÃO C/TPF			
ATIVOS	PESO		R\$
CDI	18,37%	R\$	12.237.085,33
Ibovespa	0,80%	R\$	529.687,82
IBX	0,00%	R\$	-
IBX-50	0,00%	R\$	-
IDkA IPCA 2 Anos	3,21%	R\$	2.136.334,76
IMA Geral	0,00%	R\$	-
IMA-B	0,00%	R\$	-
IMA-B 5	0,00%	R\$	-
IMA-B 5+	0,00%	R\$	-
IRF-M	0,00%	R\$	-
S&P 500	1,99%	R\$	1.324.250,85
IRF-M 1+	0,00%	R\$	-
MSCI World	0,00%	R\$	-
FI Carência	0,64%	R\$	425.308,46
Novas aquisições TPF	75,00%	R\$	49.958.001,66
IRF-M 1	0,00%	R\$	-
TOTAL EM APLICAÇÕES	100,00%	R\$	66.610.668,88

Fonte: Estudo ALM.

A sugestão seria investir os seguintes percentuais em títulos com prazos de vencimento de 2029 a 2045:

Ano	2029	2032	2035	2040	2045	2050
TPF %	25%	35%	20%	15%	5%	0%
R\$	R\$ 12.489.500,42	R\$ 17.485.300,58	R\$ 9.991.600,33	R\$ 7.493.700,25	R\$ 2.497.900,08	R\$ 0,00

Fonte: Estudo ALM.

De acordo com o Estudo ALM, os Títulos públicos são os investimentos com o menor risco, como já comentamos no "item 7", sendo assim os gestores conseguindo realizar o investimento em TPF dentro da janela atual, com certeza será a opção mais segura e vantajosa, sendo a recomendação a ser seguida dentro dos parâmetros que colocamos nesta ALM. Nas disposições finais, o estudo destaca que "Todas as recomendações foram a partir dos resultados apresentados através da análise da teoria de Markowitz. Observou-se que nossa ALM foi aplicada de forma correta e que, além deste trabalho mostrar a preocupação dos Gestores com o futuro do RPPS, também busca atender a legislação vigente na questão da gestão do RPPS e das boas práticas – Pró Gestão.

Sabedores que os valores utilizados para o passivo tiveram a data-base 31/12/2023, para o ativo dezembro de 2024, não podemos considerar aspectos futuros que irão impactar tanto nos ativos como no passivo do RPPS, por isso nossa sugestão teve o viés mais conservador. Porém, após concretizada a reforma da previdência, o estudo deverá ser revisado". E, ainda, "com a aplicação deste modelo o RPPS terá um provável ganho financeiro real, visando a diversificação dos investimentos, minimizar os riscos, atingir o objetivo do ano, bem como a proteção de seu patrimônio já existente e aplicado. Com certeza é a garantia de uma gestão mais eficiente e ativa por parte dos Gestores do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADA". Após a apresentação do estudo, os membros do Comitê e os conselheiros puderam esclarecer dúvidas com o técnico e consideraram que o percentual de 76% para aplicação em títulos públicos com vencimentos no período de 2029 a 2045 era muito expressivo e solicitaram uma nova sugestão, encurtando o período de aplicação e o percentual de alocação, tendo em vista que, apesar do estudo apontar para a possibilidade de aplicar 76% do patrimônio, os conselheiros sentiram-se inseguros e preocupados com o valor comprometido. O técnico João ficou de reavaliar a proposta e a gestora comentou que o RPPS já havia recebido a avaliação atuarial de 2025 e que o resultado apontou para um aumento do déficit atuarial e que seria interessante considerar esse novo resultado para a sugestão de aplicação em títulos públicos. Encerrando, a presidente agradeceu a presença de todos e a ata, após lida e impressa, será assinada pelos presentes. Chapada, 12 de março de 2025.

O documento original encontra-se assinado e arquivado junto à unidade gestora do RPPS.

Júlia Dezingrini
Presidente
CP RPPS CGINV I
Validade: 19/12/2026

Luciane Vogt
Gestora do RPPS
CP RPPS CGINV I
Validade: 20/07/2027

Daiane Michele Hanauer
Membro do Comitê